

BURITI ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

BURITI ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Buriti Energia S.A.
Altamira - PA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Buriti Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Buriti Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia realizou transações significativas com partes relacionadas. Entre essas operações, há contratos cujos pagamentos são condicionados a quitação do principal e a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado e os encargos financeiros, o que nos impossibilitou de avaliar, no momento, a sobra de caixa para pagamento da remuneração pactuada, bem como mensurar respectiva incidência dos juros e correções, atrelados a condição suspensiva no contrato, bem como avaliar os possíveis reflexos tributários dessas transações. Dessa forma ficamos limitados de concluir sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Buriti Energia S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia é parte solidária em ação de cobrança judicial movida pela empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., conforme processo nº 0190221-14.2012.8.26.0100. Por decisão judicial, foi determinada a penhora de 30% do faturamento líquido das partes solidárias até o limite de R\$ 67.824 mil. Também, por determinação judicial foi levantado o montante de R\$ 3.623 mil pela autora, anteriormente registrado como provisão de perda, considerado incontroverso, mediante levantamento de alvará de valores que já se encontravam bloqueados. O valor remanescente de R\$ 20.301 mil permanece classificado como risco de perda possível, conforme avaliação dos assessores jurídicos.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 11 de agosto de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 1 PA 001064/F


Jose Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0 - S - PA

BURITI ENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Fornecedores	10	313	554
Contas a receber	5	798	772	Obrigações trabalhistas	11	325	315
Adiantamentos a fornecedores	6	881	956	Obrigações tributárias	12	900	661
Outras contas a receber		10	12			1.538	1.530
		1.690	1.741				
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar		18	27	Obrigações tributárias	12	1.713	1.871
Partes relacionadas	7	100.873	94.479	Partes relacionadas	7	54.313	51.900
Depósitos judiciais	8	17.698	10.773	Contingências	13	13.476	7.123
Imobilizado	9	34.461	37.801			69.502	60.894
		153.050	143.080				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a	5.209	5.209
				Reserva de lucros	14.b	78.491	77.188
						83.700	82.397
Total do ativo		154.740	144.821	Total do passivo e patrimônio líquido		154.740	144.821

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BURITI ENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	15	26.885	28.094
Custos de operação	16	(9.289)	(5.884)
Lucro bruto		17.596	22.210
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	17	(5.486)	(7.983)
Outras despesas operacionais		(9.958)	(1.601)
		(15.444)	(9.584)
Lucro líquido antes do resultado financeiro líquido		2.152	12.626
Resultado financeiro líquido		(4)	(1)
Lucros antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		2.148	12.625
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(845)	(877)
		(845)	(877)
Lucro líquido do exercício		1.303	11.748
Lucro líquido por ação (Em R\$)		0,25	2,26

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BURITI ENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	1.303	11.748
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.303</u>	<u>11.748</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	<u>1.303</u>	<u>11.748</u>
	<u>1.303</u>	<u>11.748</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BURITI ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Lucros líquidos/ prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	5.209	1.042	31.673	32.725	-	70.649
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.748	11.748
Constituição de reserva de lucros	-	-	11.748	-	(11.748)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.209	1.042	43.421	32.725	-	82.397
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.303	1.303
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.303	-	(1.303)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.209	1.042	44.724	32.725	-	83.700

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BURITI ENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.303	11.748
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação		3.568	3.564
Provisões para perdas de crédito		-	35
Provisões para contingências	13	6.353	1.583
		11.224	16.930
Aumento/(diminuição) das contas do ativo e passivo			
Contas a receber		(26)	1.709
Adiantamento a fornecedores		75	(745)
Outras contas a receber		2	(2)
Impostos a recuperar		9	(9)
Depósitos judiciais		(6.925)	(8.984)
Fornecedores		(241)	232
Obrigações trabalhistas		10	(49)
Obrigações tributárias		81	(388)
Caixa líquido das atividades operacionais		(7.015)	(8.236)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	9	(228)	(66)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(228)	(66)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Varição em partes relacionadas		(3.981)	(8.627)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(3.981)	(8.627)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		-	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1	1
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		-	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Buriti Energia S.A. foi constituída em julho de 2002, tendo como objeto social a exploração de concessão de serviços públicos e privados de transmissão relativos à linha de energia elétrica e instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), à prestação de serviços públicos ou privados na área de Energia Elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos à concessão de seu objetivo. Além disso, a Companhia tem como objeto social também a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, bem como a Administração de bens próprios.

A Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Buriti Energia S.A., localizada na Cidade de Altamira - PA, Km 877,5 da BR 163, em Salto do Curuá, tem como atividades a transmissão e a comercialização de energia elétrica, e possui capacidade de produção de 10 MWh, sendo duas Unidades Geradoras de 5 MWh cada. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME).

A Companhia obteve sua autorização junto a ANEEL em 6 de agosto de 2002, com prazo de vigor de 30 anos, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de agosto de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5: Contas a receber;
- Nota Explicativa nº 9: Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 13: Contingências.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

3.2. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas. A Provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativo imobilizado são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para seus fins.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Reservatórios e barragens: 25 anos;
- Edificações: 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 10 a 33 anos;

- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Equipamentos de segurança: 5 anos;
- Embarcações e flutuantes: 10 anos.

As depreciações são realizadas com base na taxa divulgada pela agência reguladora ANEEL.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passadas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais, incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.9. Receita

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3.10. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro conforme o regime de tributação de lucro presumido, os cálculos do exercício corrente são realizados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes.

Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial;
- Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis individuais da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Aplicações financeiras	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 10% a 99,25% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber

	2024	2023
Centrais Elétricas do Para S.A. - CELPA	750	772
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	48	-
	<u>798</u>	<u>772</u>

A Companhia utiliza como critério de mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas, o histórico de títulos vencidos, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos a serem provisionados.

6. Adiantamento a fornecedores

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	1.896	1.937
Adiantamento a terceiros	86	87
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.101)	(1.068)
	<u>881</u>	<u>956</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Partes relacionadas

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Curuá Energia S.A.	-	53.372	-	50.959
Eletricidade Paraense S.A.	-	648	-	648
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	31	-	31
Edison Lobo Filho	1.473	-	1.473	-
Mafe Energia e Participações S.A.	76.097	-	72.212	-
Fabiola Cassia de N. Sampaio	713	-	713	-
Fernando Antônio Bertin	4.906	-	4.906	-
Filadelfo dos Reis Dias	5.065	-	5.065	-
Mara Daisy Gil Dias	10.090	262	10.090	262
Luiz Carlos Gradella	20	-	20	-
Tuna Adm. de Serviços Ltda.	2.510	-	-	-
	<u>100.873</u>	<u>54.313</u>	<u>94.479</u>	<u>51.900</u>

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Companhia, seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5(R1). As operações junto as partes relacionadas não foram formalizadas mediante contrato de mútuo.

A Companhia firmou instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças no valor histórico de R\$ 45.106, sendo fixado que o montante atualizado até a data da assinatura do contrato é de R\$ 52.288, referente a mútuo junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º de agosto de 2012, a ser pago em 180 meses, sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerá tão somente por meio de 86 % da sobra do fluxo de caixa, se existente, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Companhia.

Na mesma data, foi firmado instrumento particular de assunção de dívida com a anuência da Companhia onde a Heber Participações S.A. transfere o montante do crédito para Mafe Energia e Participações S.A., controladora da Buriti Energia S.A., sendo mantido as condições do instrumento de confissão de dívida firmado junto a Heber Participações S.A. Tal dívida foi liquidada em 2023.

Com a assunção da dívida da Buriti Energia S.A. com a Heber Participações S.A, pela sua controladora Mafe Energia e Participações S.A., foi firmado instrumento particular de garantia, onde a Buriti tornou-se garantidora de todas as obrigações assumidos pela sua controladora no instrumento particular de assunção de dívida.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 2.873 (em 2023, 2.687).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Não foram pagos valores à pessoal chave remuneração a título de:

- Benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);
- Benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);
- Benefícios de rescisão de contrato de trabalho;
- Remuneração baseada em ações.

8. Depósitos judiciais

	2024	2023
Depósitos judiciais (a)	<u>17.698</u>	<u>10.773</u>
	<u>17.698</u>	<u>10.773</u>

- a) Do montante de R\$ 17.698 dos "Depósitos judiciais", R\$ 16.247, se refere a penhora de 30% do faturamento líquido de venda de energia que a Buriti possui junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (antiga Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA), a favor da empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., conforme Nota Explicativa nº 13. Sendo considerado como faturamento líquido o faturamento bruto recebido, menos as despesas com PIS e COFINS.

BURITI ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Imobilizado

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2024
							Líquido
Usinas							
Reservatórios e barragens	2%	65	-	-	-	(22)	43
Edificações e obras civis	4%	78.442	-	-	-	(50.533)	27.909
Máquinas e equipamentos	3%	9.173	163	-	-	(3.440)	5.895
Veículos	20%	543	65	-	(29)	(423)	156
Moveis e utensílios	10%	1	-	-	-	(1)	-
Rede básica							-
Edificações e obras civis	4%	152	-	-	-	(59)	93
Máquinas e equipamentos	3%	197	-	-	-	(94)	103
Moveis e utensílios	10%	2	-	-	-	(2)	-
Administração central							-
Embarcações e flutuantes	10%	18	-	-	-	(18)	-
Equipamento segurança	20%	71	-	-	-	(71)	-
Máquinas e equipamentos	10%	158	-	-	-	(132)	26
Móveis e utensílios	10%	111	-	-	-	(111)	-
Terrenos	-	200	-	-	-	-	200
Veículos	20%	123	-	-	-	(87)	36
		<u>89.255</u>	<u>228</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>(54.992)</u>	<u>34.461</u>

BURITI ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2023
							Líquido
Usinas							
Reservatórios e barragens	2%	65	-	-	-	(21)	44
Edificações e obras civis	4%	78.442	-	-	-	(47.395)	31.047
Máquinas e equipamentos	3%	9.114	58	-	-	(3.162)	6.010
Veículos	20%	537	6	-	-	(348)	195
Moveis e utensílios	10%	1	-	-	-	(1)	-
Rede básica							
Edificações e obras civis	4%	152	-	-	-	(56)	96
Máquinas e equipamentos	3%	197	-	-	-	(88)	109
Moveis e utensílios	10%	2	-	-	-	(2)	-
Administração central							
Embarcações e flutuantes	10%	18	-	-	-	(18)	-
Equipamento segurança	20%	69	2	-	-	(71)	-
Máquinas e equipamentos	10%	158	-	-	-	(124)	34
Móveis e utensílios	10%	111	-	-	-	(105)	6
Terrenos	-	200	-	-	-	-	200
Veículos	20%	123	-	-	-	(63)	60
		<u>89.189</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51.454)</u>	<u>37.801</u>

BURITI ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Encargos de uso da rede elétrica	60	59
Materiais e serviços	253	495
	<u>313</u>	<u>554</u>

11. Obrigações trabalhistas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Folha a pagar	220	216
13º Salário a pagar	1	-
Tributos e contribuições	30	27
Provisão tributos e contribuições	19	19
Provisão folha pagamento	55	53
	<u>325</u>	<u>315</u>

12. Obrigações tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PERT- 2017 (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	2.267	2.105
Parcelamento ordinário	32	100
IRRF	5	7
Retenções	15	21
ISS	2	3
IRPJ	133	135
PIS	15	15
COFINS	69	70
CSLL	75	76
	<u>2.613</u>	<u>2.532</u>
Circulante	900	661
Não circulante	1.713	1.871

13. Contingências

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ações cíveis	13.476	7.123
	<u>13.476</u>	<u>7.123</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Movimentação

	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.123	7.123
(+) Adição	9.975	9.975
(-) Baixa	(3.623)	(3.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>13.476</u>	<u>13.476</u>

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos.

As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados.

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 22.274 em 2024 (em 2023, o mesmo), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Ação judicial MB Service Engenharia e Representação Ltda.

A Companhia é réu solidário em processo de ação de cobrança iniciado em 2012, processo nº 0190221-14.2012.8.26.0100, tendo como autora a empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., com trânsito em julgado ocorrido em 16 de dezembro de 2020. Com base na suspensão momentânea dos atos satisfativos determinada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, a empresa autora requereu, em 21 de outubro de 2022, o cumprimento da sentença, solicitando a penhora integral dos valores líquidos (faturamento bruto com desconto de PIS e COFINS) recebidos mensalmente pela Buriti junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (antiga Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA), depositado em juízo conforme Nota Explicativa nº 8, até o limite de R\$ 67.824. O pedido foi deferido pelo juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo.

A Administração interpôs recurso e obteve decisão favorável, reduzindo o percentual de penhora de 100% para 30% do faturamento líquido junto à Equatorial. Durante o exercício de 2024, por determinação judicial houve o levantamento do valor de R\$ 3.623 pela autora, considerado incontroverso e já registrado como provisão para perda, por meio de levantamento de alvará de valor anteriormente bloqueado.

Ressalta-se, contudo, que permanece discussão quanto à apuração do valor total da condenação, especialmente em relação a valores adicionais apresentados unilateralmente pela autora com base em laudo pericial produzido sem participação da Companhia. Os assessores jurídicos da Companhia classificam o risco de perda do valor remanescente, atualmente estimado em R\$ 20.301, como possível.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 2024 é de R\$ 5.209 (em 2023, o mesmo valor).

b) Reserva de lucros

	2024	2023
Reserva legal	1.042	1.042
Reserva de incentivos fiscais	32.725	32.725
Reserva de lucros	44.724	43.421
	<u>78.491</u>	<u>77.188</u>

Reserva de incentivos fiscais

Conforme Resolução Normativa nº 427/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a reserva de incentivo fiscal que perfaz em R\$ 32.725 em 2024 (em 2023, o mesmo valor), trata-se de reserva de recursos referente a repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, conforme estabelecido pela Resolução Autorizativa nº 322/2005 do Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia tem a obrigatoriedade de constituir o montante de R\$ 32.725 de reservas de incentivos fiscais, correspondente ao total de repasses recebidos pela CCC entre setembro de 2008 e setembro de 2015, podendo utilizar o saldo desta reserva para compensar prejuízos, que foi realizado pela Companhia, permanecendo a obrigação de reconstituir o saldo de reserva em resultados subsequentes, conforme disposto na Lei nº 12.973/14 (artigo 30).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Receita operacional líquida

	2024	2023
Fornecimento	27.903	29.159
(-) PIS	(181)	(190)
(-) COFINS	(837)	(875)
	<u>26.885</u>	<u>28.094</u>

16. Custos de operação

	2024	2023
Geração		
Custo de operação	(5.404)	(1.998)
Usinas - operações com energia elétrica	(354)	(364)
Depreciação e amortização	(3.531)	(3.522)
	<u>(9.289)</u>	<u>(5.884)</u>

17. Despesas administrativas

	2024	2023
Pró-labore	(291)	(280)
Impostos, taxas e contribuições	(329)	(701)
Depreciação e amortização	(37)	(41)
Serviços prestados por terceiros PJ	(3.556)	(6.386)
Demais despesas administrativas	(1.273)	(575)
	<u>(5.486)</u>	<u>(7.983)</u>

18. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber e outros recebíveis	<u>1.689</u>	<u>1.740</u>
	<u>1.690</u>	<u>1.741</u>

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais são consideradas de primeira linha.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia realizou o provisionamento de perdas esperadas no montante de R\$ 1.101 referente aos saldos de adiantamento vencidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A saldo dos recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era de R\$ 792.

A realização do crédito de contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado apenas a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Centrais Elétricas do Pará (CELPA), a Companhia considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para perdas de créditos esperadas em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos sem expectativa de recebimento, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela Administração.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2024	2023
Ativo circulante	1.690	1.741
Passivo circulante	1.538	1.530
Índice de liquidez	1,10	1,14
Resultado do período	1.303	11.748
Patrimônio líquido	83.700	82.397
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,02	0,14
Resultado do período	1.303	11.748
Ativo total	154.740	144.821
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,01	0,08
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	1,85	1,76

Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

19. Eventos subsequentes

Em novembro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a Agenda Regulatória para o biênio 2025-2026, que inclui 28 atividades regulatórias, sendo 17 prioritárias com previsão de normatização em 2025. Entre as atividades previstas, destacam-se iniciativas voltadas à modernização do setor elétrico, como o aprimoramento das normas de regulação tarifária e ações que promovam eficiência energética e inovação tecnológica.

A Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2025.